
ANEXO I**TERMO DE REFERÊNCIA PARA SERVIÇOS****1. DO OBJETO**

1.1 Contratação de empresa para prestação do serviço de movimentação de terra, com retirada de 34 (trinta e quatro) tocos de eucaliptos, já mortos, e aterro da área onde ocorreu a destoca, no perímetro urbano da cidade, especificamente na Praça Presidente Getúlio Vargas, Centro, Nova Friburgo, serviço aqui denominado de DESTOCA, para atender as necessidades e exigências do Termo de Ajustamento de Conduta 002/2015, correlato a mencionada praça, pelo período de 150 (cento e cinquenta) dias, conforme condições e especificações estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2	Requisitante:	Secretaria de Serviços Públicos
1.3	Fundamentação legal:	Pregão Eletrônico – Decreto Federal nº:10.024/2019 – Decreto Municipal 599/2020, combinado com a Lei Federal nº:10.520/2022 – Lei 8666/93.
1.4	Período:	150 (cento e cinquenta) dias
1.5	Tipo:	Menor preço unitário nos termos da Lei nº. 8.666/93;

2. DO SERVIÇO

2.1 A empresa contratada deverá prestar os serviços de movimentação de terras, com as etapas de DESTOCA (retirada do toco - resto do tronco que sobra sobre o chão- e a raiz que se encontra sob a terra, após o corte de uma árvore), e ATERRO (colocação de solo novo, terra para jardim adequada para plantio de espécie arbórea com granulometria que facilite a infiltração de água e transporte de nutrientes para a planta, objetivando regularizar o terreno), no nível do solo existente, para atender ao cumprimento de item relacionado ao TAC DA PRAÇA PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS, pelo período de 150 (cento e cinquenta) dias, podendo ser prorrogado por igual período.

2.2 O serviço a ser contratado tem por principal objetivo a retirada de 34 (trinta e quatro) tocos de eucaliptos no perímetro na Praça Presidente Getúlio Vargas, utilizando maquinário e equipe de serviço manual, com os utensílios que se fizerem necessários, estando incluso na prestação do serviço, o carregamento de todo o material retirado no local, com seu despejo em local apropriado, segundo as normas ambientais em vigor; bem como a cobertura do buraco da destoca com terra própria para replantio (terra para jardim adequada para plantio de espécie arbórea com granulometria que facilite a infiltração de água e transporte de nutrientes para a planta) que deverá ser fornecida pela própria empresa a ser contratada.

2.3 O serviço a ser contratado deverá contemplar todos os itens necessários para seu pleno funcionamento e sua completa execução.

2.4 A ordem numérica de setorização não precisará ser respeitada para fins de execução da destoca e aterro.

2.5 A tabela abaixo, juntamente com o ANEXO I, faz a demarcação e numeração de setores além de quantificar os indivíduos (tocos) por setor, de toda a área a ser trabalhada, demonstrando o objeto do presente Termo de Referência, bem como o número de itens (destocas) a serem executadas, com o posterior aterro da área para replantio, visando auxiliar a empresa contratada a estimar seus valores, por preço global pelo serviço (que também deverá indicar o valor individualizado por item, independentemente do grau de dificuldade de cada destoca) considerando as especificações e necessidades, as quais deverão ser aprovadas pelo fiscal do contrato.

SETORIZAÇÃO DA ÁREA A SER TRABALHADA (PRAÇA PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS)			
SETOR 1	ESPECIFICAÇÃO	QTDADE	PRAZO
01	RETIRADA DE TOCOS DE EUCALIPTOS MORTOS, E ATERRO DA ÁREA DO SETOR 1 DA PRAÇA	11	Prestação de Serviços por 30 DIAS ÚTEIS
02	RETIRADA DE TOCOS DE EUCALIPTOS MORTOS, E ATERRO DA ÁREA DO SETOR 2 DA PRAÇA	09	Prestação de Serviços por 30 DIAS ÚTEIS
03	RETIRADA DE TOCOS DE EUCALIPTOS MORTOS, E ATERRO DA ÁREA DO SETOR 3 DA PRAÇA	06	Prestação de Serviços por 30 DIAS ÚTEIS
04	RETIRADA DE TOCOS DE EUCALIPTOS MORTOS, E ATERRO DA ÁREA DO SETOR 4 DA PRAÇA	03	Prestação de Serviços por 30 DIAS ÚTEIS
05	RETIRADA DE TOCOS DE EUCALIPTOS MORTOS, E ATERRO DA ÁREA DO SETOR 5 DA PRAÇA	05	Prestação de Serviços por 30 DIAS ÚTEIS
TOTAL DE DESTOCAS		34	

2.6 A setorização apresentada se faz imprescindível à realização do trabalho de retirada das lajetas e meios fios do local a ser trabalhado pelos servidores da Secretaria de Serviço

Público; além do direcionamento às empresas fornecedoras de gás encanado, água e energia elétrica, as quais deverão atuar em conjunto com a execução do presente serviço a ser licitado, para que a população em geral não seja prejudicada e os serviços possam ter previsão de suspensão, conforme especificado no presente Termo de Referência.

2.7 A empresa contratada deverá iniciar os trabalhos em 15 (quinze) dias úteis a partir da assinatura do contrato junto à municipalidade.

3. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1 A Secretaria Municipal de Serviços Públicos de Nova Friburgo necessita realizar movimentação de terras para a retirada dos tocos de eucaliptos mortos, decorrentes da poda ocorrida em 2015, que gerou o TAC 002/2015 (TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA DA PRAÇA GETÚLIO VARGAS), bem como realizar o aterro da área onde ocorreu a destoca, no mesmo nível do solo existente, permitindo o replantio de novas árvores da mesma espécie, em cumprimento ao convencionado no mencionado documento judicial, tendo em vista que o projeto da revitalização da Praça Presidente Getúlio Vargas deve respeitar a proposta inicial da praça, com o replantio da espécie eucaliptos robusta.

3.2 A presente licitação deverá acompanhar a contratação de empresa, que preste o serviço de movimentação de terras, e que já disponibilize equipamentos de qualidade com funcionários qualificados para a realização dos serviços, atuando a empresa de conformidade com as normas ambientais, portando a licença para o transporte dos tocos a serem retirados, o relatório do INEA de fumaça preta dos veículos e equipamentos, os registros nos órgãos competentes, as licenças requisitadas, que possua local para o descarte apropriado dos tocos, tudo conforme legislação em vigor, e que faça a reposição de terra para jardim na área onde ocorreu a destoca, ao nível do solo existente, haja vista que haverá novo plantio no local.

4. DOS REQUISITOS PARA PARTICIPAR DA LICITAÇÃO

4.1 A empresa a ser contratada deverá :

- a) Ter Licença Ambiental de Bota-Fora emitida por órgão ambiental competente para recebimento dos resíduos vegetais provenientes da destoca;
- b) Ter Autorização do proprietário do Bota-fora onde os resíduos vegetais serão descartados, devidamente assinada, a fim de que tenhamos certeza de que os dejetos serão postos em local regulamentado;
- c) Ter Certidão Ambiental para transporte de resíduos não perigosos (tocos), emitida pelo órgão ambiental competente;
- d) Apresentar Atestado de Capacidade Técnica em nome da empresa, contendo data de início e término dos serviços, local de execução, nome do contratante e da pessoa jurídica contratada, nome(s) do(s) responsável(s) técnico(s), seu título profissional e número de registro no CREA, especificações e demais dados técnicos que se façam pertinentes, atestado este fornecido por pessoa jurídica de direito



público ou privado, comprovando já haver prestado serviço semelhante compatível com o do objeto deste termo de referência;

- e) Indicar o responsável técnico (engenheiro civil) para o serviço, o qual emitirá a ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) correspondente ao serviço a ser executado;
- f) Atender às seguintes normas legais: resolução CONEMA nº:79 de 07 de março de 2018, que aprova a NOP INEA – 35 sobre manifesto de resíduos; atender a norma NOP-INEA-14”, que diz respeito ao programa de autocontrole de emissão de fumaça preta por veículos automotores do ciclo diesel, aprovada pela resolução CONEMA nº:58 de 13.12.2013.

5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1 Não poderão participar do certame as empresas que estiverem sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam suspensas de licitar e/ou declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com a Administração Pública;

5.2 Não poderão participar ainda os servidores de quaisquer órgãos ou entidades vinculados ao Município de Nova Friburgo, bem assim as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos.

5.3 A participação da empresa deve ser antecedida por cadastro, que deve ser feito presencialmente na sede da Comissão Permanente de Licitação do Município de Nova Friburgo, até o terceiro dia antes da data para apresentação da proposta, conforme legislação em vigor.

6. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 As despesas decorrentes da prestação dos serviços, previstos no presente Termo de Referência correrão por conta da natureza da despesa, fonte de recurso e programa de trabalho, conforme especificado a seguir:

5.1.1	Elemento de Despesa:	33.90.39.22
5.1.2	Fonte de Recurso:	00
5.1.2	Programa de Trabalho:	09001.1545200132.044 – CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE LOGRADOUROS

6.2 As notas fiscais deverão ser emitidas em nome de: **MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO, CNPJ: 28.606.630/0001-23, ENDEREÇO: AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 225, CENTRO, NOVA FRIBURGO - RJ, CEP: 28613-001.**

7.LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1 A prestação do serviço se dará no **perímetro da Praça Presidente Getúlio Vargas - Centro, Nova Friburgo – RJ (ANEXO I)**.

8.DA LIQUIDAÇÃO

8.1 A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 258 de 27 de setembro de 2018.

9.DO PAGAMENTO

9.1 O pagamento será efetuado por destoca realizada, e aterro executado, entendido como trabalho realizado a retirada do toco e preparação do terreno para novo plantio, com a colocação da terra no nível do solo existente, no período de 30 (trinta) dias, independentemente do término das unidades de cada setor, e conforme estabelece o Decreto 258 de 27 de setembro de 2018, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

- Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
- FGTS;
- PGE – referente a Dívida Ativa Estadual;
- Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;
- Estadual CND – referente ao ICMS.

9.2 A Nota Fiscal de Serviço deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

9.3 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1 Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 8666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

10.1.1 Fiscalizar a execução dos serviços, através dos profissionais designados para este fim, em conformidade com o contrato;

10.1.2 Proibir que a CONTRATADA execute tarefas em desacordo com as preestabelecidas no contrato;

10.1.3 Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da realização dos serviços licitados;

10.1.4 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.

10.1.5 Efetuar os pagamentos devidos nos prazos estabelecidos no item 09 à contratada;

10.1.6 Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

10.1.7 Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei 8.666/93, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA.

10.1.8 Realizar a demarcação do perímetro para a execução do serviço em cada setor da Praça a ser utilizado nas destocas, de modo a sinalizar para os transeuntes o local da praça que está indisponível ao uso;

10.1.9 Realizar através da mão-de-obra do Serviço Público do Município, a retirada dos pisos, meio fios, bancos, lixeiras, e postes que se fizerem necessários à execução dos trabalhos, em cada setor onde será realizada a destoca, e após a execução da destoca, providenciar a realocação do que houver sido retirado, imediatamente à liberação do setor pelo fiscal do contrato.

10.1.10 Informar às empresas que fornecem o gás encanado, a energia elétrica e a água, do início do trabalho de cada setor, com antecedência de 15(quinze) dias, para que as empresas possam providenciar a eventual interrupção dos serviços sem ônus à população e para que disponibilizem 01 funcionário capacitado a acompanhar a execução do serviço;

10.1.11 Emitir declaração de liberação para o início da execução do serviço, de modo que esteja certificado que as empresas receberam a notificação em tempo hábil à adotarem as medidas que entenderem necessárias.

11.DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E FORMA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

11.1 Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 8666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATADA:

11.1.1 Atender de imediato às solicitações da Secretaria Municipal de Serviços Públicos quanto às substituições da mão de obra, quando a referida mão de obra for identificada como inadequada à prestação dos serviços;

11.1.2 Manter o serviço contratado em número, qualidade e condições especificadas, de forma contínua, exceto por questão da arqueologia conforme especificado neste termo de referência;

11.1.3 Manter preposto aceito pela Administração da Secretaria Municipal de Serviços Públicos, para representá-la na execução do Contrato;

11.1.4 Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato;

11.1.5 Colocar o engenheiro civil como responsável técnico pela supervisão da execução do serviço já especificado no presente termo. Este empregado deverá acompanhar a execução do serviço, de modo a solucionar qualquer inconveniente que possa advir da mesma(movimentação de terras, destoca e aterro);

11.1.6 Arcar com toda despesa e responsabilidade pela remoção e transporte de todo e qualquer equipamento e dos dejetos que precisem ser retirados do perímetro da Praça Presidente Getúlio Vargas, com a prévia autorização e comunicação ao fiscal do contrato, que será responsável por relatório geral do serviço;

11.1.7 Fornecer insumos operacionais dos equipamentos, tais como, óleos, filtros, correias, mangueiras e outros que se façam necessários ;

11.1.8 Durante o período que decorrerá entre o início e término do contrato, a CONTRATADA deverá manter canal de comunicação ininterrupto com profissional de sobreaviso para que em caso de intercorrência haja o acionamento imediato, disponibilizando assim contato deste e de um substituto;

11.1.9 Cumprir o objeto do presente termo de referência de acordo com as especificações nele contidas, no Edital da licitação, bem como na legislação em vigor;

11.1.10 Fornecer à Secretaria de Serviços Públicos o(s) nome(s) do(s) funcionário(s) autorizado(s) a manter contato com o município;

11.1.11 Fornecer ao CONTRATANTE o número de telefone do preposto, com perfeito conhecimento do objeto do contrato, para o pronto deslocamento e atendimento em situações de emergência ou de algum sintoma anormal em equipamentos, ou no decorrer da execução do trabalho de destoca;

11.1.12 Comunicar, imediatamente, por intermédio do fiscal do contrato, toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução do Contrato;

11.1.13 Assumir inteira responsabilidade pela conservação e limpeza dos locais de execução dos serviços. O desenvolvimento de trabalhos que envolvam transporte e montagem de equipamentos deverá ser rigorosamente planejado, protegendo-se especialmente os materiais de acabamento existentes na área (pisos e mobiliário urbano);

11.1.14 Fornecer aos seus empregados uniforme, calçado, crachá de identificação e equipamentos de proteção individual, obedecendo ao disposto nas normas de segurança do Ministério do Trabalho;

11.1.15 Estar em dia com suas obrigações trabalhistas perante seus funcionários, bem como perante os demais Órgãos Públicos descritos no presente Termo de Referência;

11.1.16 Responsabilizar-se, na forma da lei, por quaisquer danos causados diretamente aos bens do Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em razão da existência de fiscalização da Secretaria de Serviços Públicos;

11.1.17 Restituir, ao término do prazo de vigência contratual, todo e qualquer equipamento pertencente ao município que porventura esteja sob sua guarda, em perfeito e regular funcionamento;

11.1.18 Fornecer ferramentas, maquinários, equipamentos, utensílios e produtos a serem utilizados na execução dos serviços, sem ônus adicional para o município;

11.1.19 Solicitar ao órgão municipal ambiental a Autorização Ambiental para a execução das atividades, em processo administrativo próprio, com os seguintes documentos: requerimento padrão do município, contrato social, CNPJ da empresa, identidade e CPF do(s) representante(s) legal(ais) anotação de responsabilidade técnica (ART) pela execução da atividade, relatório técnico especificando os procedimentos para destoca com cronograma de execução.

11.1.20 Providenciar para que se cumpra o determinado no TAC, com relação a segurança de seus funcionários, devendo se certificar de que haverá:

I- o uso, pelos funcionários (empregados ou preposto), de uniforme que o identifique como funcionário da empresa

II- o uso, pelos funcionários (empregados ou preposto) de equipamento de proteção individual (EPI) composto, no mínimo: calçado fechado apropriado, luva, fita sinalizadora, capacete, óculos de proteção, protetor auricular e cinto de segurança tipo pára-quedas;

III- uso de equipamento de proteção coletiva (EPC) e equipamentos de sinalização como cone, fita zebra, para isolamento da área de trabalho, com a respectiva certificação no INMETRO, placas de sinalização para proteger os operadores concentrados no trabalho e também para garantir a segurança de pedestres/veículos e animais, utilização de coletes refletivos para facilitar a visualização.

11.1.21 Apresentar licença ambiental, a ser solicitada após divulgação do resultado do certame, junto ao órgão ambiental municipal (Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano Sustentável) para a execução das atividades .

12.DA ARQUEOLOGIA

12.1 Todo serviço de movimentação de terras, com a realização das destocas realizado na área, será acompanhado e registrado por um profissional de arqueologia que fará o monitoramento, de acordo com a portaria nº:46 do IPHAN, processo nº: 01500.0008.70/2021 – 43, publicado no Diário Oficial de 30.07.2021. Caso se verifique a presença de vestígios arqueológicos de relevância no sedimento retirado durante a movimentação de terra, este será analisado, registrado e um relatório comunicando o achado, será enviado ao IPHAN. Caso algum achado arqueológico de relevância histórica seja encontrado, haverá a imediata comunicação ao fiscal do serviço, para que o serviço de movimentação de terras do toco em questão seja paralisado, devendo haver um relatório do fiscal neste sentido, dentro do procedimento administrativo, e esta paralisação irá perdurar até que haja o pronunciamento do IPHAN (Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) à Prefeitura Municipal de Nova Friburgo sobre as ações a serem executadas no local, o que não impedirá a continuação regular dos serviços nos demais tocos, mesmo que em setor diferente daquele em que houve sido feita a paralisação.

Para a retomada do serviço naquele local antes paralisado, deverá haver uma liberação do fiscal, de modo que o serviço seja retomado e finalizado por completo.

13.MEDIDAS ACAUTELADORAS

13.1 Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

14 DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. DO CONTROLE DA EXECUÇÃO

15.1 O acompanhamento e a fiscalização da contratação serão exercidos por representantes do Município, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666/93;

15.2 Para o acompanhamento e fiscalização da execução do presente contrato, ficam designados(as) os(as) agentes públicos(as) abaixo informado(as):

NOME	MATRÍCULA	GESTOR / FISCAL
MARCELO DA SILVA PEREIRA	100530	Gestor titular
EDUARDO AMARAL LIMA TRIGO	115281	Gestor substituto
ALEXANDRE SANGLARD	207632	Fiscal titular
THAIS DE LIMA E SILVA GUEDES	62349	Fiscal substituto
ADRIANA ANDRADE CORTEZ	63043	Fiscal substituto

15.3 O(s) fiscal(is) do contrato anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

15.4 Os fiscais designados pela Contratante deverão ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;

15.5 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;

15.6 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1 A empresa vencedora do certame aceitará nas mesmas condições e preços os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias até o limite de 25% do valor inicial da contratação para o objeto definido neste termo de referência.

17. DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA ELABORAÇÃO DO PRESENTE TERMO

17.1 O presente documento foi elaborado em conjunto com os responsáveis técnicos dos setores requisitantes, que se responsabilizam por todas as informações e exigências técnicas aqui apresentadas.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1 O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 8.666/93.

18.2 Comete infração administrativa a contratada que:

- Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- Apresentar documentação falsa;
- Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- Não mantiver a proposta;
- Cometer fraude fiscal;
- Comportar-se de modo inidôneo;

18.3 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como Me/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

18.4 Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

18.4.1 Advertência;

18.4.2 Multa:

18.4.2.1 compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

18.4.2.2 compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta;

18.4.2.3 moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

18.4.2.4 moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

18.5 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

18.6 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

18.7 As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

18.8 As sanções de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas juntamente com a sanção de multa, facultada a defesa prévia de interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;

18.9 A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93.

19.DA SUBCONTRATAÇÃO

19.1 Não será admitida a subcontratação do objeto.

20.DA RESCISÃO

20.1 O inadimplemento de qualquer cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente, por parte do fornecedor, assegurará a Secretaria Municipal de Serviços Públicos o direito de rescindí-la, mediante notificação, com prova de recebimento;

20.2 Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei n.º 8.666/1993 constituem motivos para a rescisão do contrato:

20.2.1 Atraso injustificado na prestação dos serviços, bem como a sua paralisação sem justa causa e prévia comunicação à Secretaria Municipal de Serviços Públicos;

20.2.2 O cometimento reiterado de falhas, comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante da Secretaria Municipal de Serviços Públicos.

20.3 Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei n.º 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e o segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

21 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1 Fica desde já determinado que a proposta apresentada pelo ganhador do certame deverá ser acompanhada pela planilha de custos e formação de preços.

21.2 Termo de referência elaborado por esta subscritora auxiliada pela equipe técnica de manutenção desta Secretaria Municipal de Serviços Públicos.

Nova Friburgo/RJ, ____ de _____ de 20 ____.

GESTOR:	APOIO TÉCNICO:
MARCELO DA SILVA PEREIRA 100530	RAFAEL MOREIRA ESTEBANEZ 115219

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, bem como autorizo **O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.**

Ciente, de acordo: